

RELATÓRIO E CONTAS

Exercício findo em 31 de Dezembro de 2017

PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

Relatório do Conselho de Administração



O presente relatório tem por objectivo divulgar as principais realizações e os resultados económico-financeiros da empresa Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique, E.P. (CFM) no exercício económico do ano de 2017.

Contrariamente ao período anterior, o ano 2017 caracterizou-se pela recuperação dos principais indicadores macroeconómicos, nomeadamente:

- Registou-se uma melhoria expressiva das expectativas da taxa de inflação, pois a inflação homologa desacelerou para níveis de 5,66% em Dezembro de 2017, após cerca de 25,27% registado em igual período de 2016; e
- A taxa de juro de empréstimo da Facilidade Permanente de Cedência (FPC) foi de 20,5% e a taxa de juro da Facilidade Permanente de Depósito (FPD) foi de 14% até Dezembro de 2017.

Tal como tem sido apenágio, o desempenho operacional do CFM para o exercício de 2017 apresenta-se sob dois prismas: o sistema ferroviário e o sistema portuário.

No sistema ferroviário global, o registo de transporte foi de cerca de 22 milhões de toneladas líquidas em 2017, contra cerca de 16 milhões transportadas em 2016, o que representa um crescimento de 38% e um nível de execução de 100% em relação ao plano. Nas linhas operadas pelo CFM transportou-se cerca de 11 milhões de toneladas líquidas em 2017, contra 9 milhões em 2016, o que significou um crescimento de 22% e uma realização de 105% em relação ao plano.

O sistema portuário global registou um nível de execução de 94% e um crescimento de 26% em 2017 ao ter registado 44 milhões de toneladas métricas manuseadas (mtmm), contra 35 mtmm registadas em 2016. Relativamente aos terminais portuários sob a gestão do CFM, foram manuseados 6,3 mtmm em 2017 o que representa um crescimento em 2% quando comparado com o ano 2016 e uma execução de 95% do plano.

Em termos económico-financeiros o desempenho em 2017 foi o seguinte:

- As Vendas e Serviços Prestados durante o exercício económico em análise situaram-se em 12 mil milhões de meticals contra 10,8 mil milhões de meticals registados em 2016, o que representa um crescimento de 11%.
- Os Resultados Operacionais em 2017 foram 3,96 mil milhões de meticals, contra 2,93 mil milhões de meticals em 2016, o que significa um crescimento de cerca 35%.
- Os Resultados Financeiros em 2017 foram positivos em 1,63 mil milhões de meticals, contra 1,44 mil milhões de meticals negativos em 2016, tendo sido influenciados pelo resultado da venda da totalidade das acções do CFM no Corredor do Norte (CDN, CLN e CEAR).
- Os Resultados Líquidos Antes dos Impostos, incluindo os resultados financeiros, foram cerca de 5,6 mil milhões de meticals, contra 1,5 mil milhões de meticals atingidos no exercício anterior, o que representa um crescimento de cerca de 274%; e
- Os Resultados Líquidos do Exercício foram de 3,01 mil milhões de meticals em 2017 contra 724 milhões de meticals atingidos no exercício anterior, o que representa um crescimento de cerca 315%.

PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

Relatório do Conselho de Administração



Não obstante no ano em análise ter havido uma melhoria dos indicadores macroeconómicos versus os fenómenos adversos à economia que se registaram em 2016, o Conselho de Administração continuou, em 2017, com a monitoria de uma série de medidas de contenção de gastos face à conjuntura económica do país. De entre outras medidas, destacam-se as seguintes: i) revisão dos diversos subsídios; ii) redução dos custos elevados com as comunicações; iii) redução dos custos de deslocação e estada; iv) abate de viaturas com custos de manutenção onerosa; v) controlo de combustível no posto diesel e ao longo das linhas com base no volume de tráfego e número de comboios realizados; e vi) incremento da comparticipação pelo trabalhador na assistência médica e medicamentosa.

No que toca aos investimentos, foram desembolsados um pouco mais de 1,56 mil milhões de meticals em 2017. Os investimentos de grande vulto foram: a) dragagem de emergência do Porto da Beira; b) aquisição de cinco locomotivas novas da General Electric (GE) com um desembolso inicial de 30% e recepção prevista para Novembro de 2018; c) reabilitação do Cais de Rebocadores no Porto da Beira; d) ataque pesado da Linha de Ressano Garcia; e) reabilitação do Pavilhão e Campo de Futebol do Clube do Ferroviário da Beira.

Em termos de Responsabilidade Social, em 2017 o CFM participou em acções, principalmente nas áreas de promoção da Saúde, Educação, Desporto, Cultura e Artes.

O sector da Saúde tem merecido o apoio do CFM através de acções que passam pelo apetrechamento e construção de hospitais, fornecimento de apoio a realização de convénios médicos internacionais no nosso país e apoio para tratamento médico. A promoção de Feiras de Saúde é uma iniciativa marcante na componente Responsabilidade Social do CFM assim como a divulgação em eventos promovidos pelo CFM de mensagens para a promoção da saúde e bem-estar.

Na área de Educação, o CFM apoiou a construção de dois blocos de salas de aulas, sanitários, campo de futebol e respectiva vedação na escola primária completa de Boane, situada no Bairro Paulo Samuel Kankhomba, no âmbito do projecto de construção da ponte Ferroviária sobre o Rio Umbeluzi, em Boane, bem como a construção de uma escola Primária no povoado de Namawa, na Província do Cabo Delgado.

Na componente desportiva destaca-se ainda a continuidade dos apoios directos aos Clubes Ferroviários de Moçambique, à Liga Moçambicana de Futebol, ao Campeonato Africano de Xadrez, bem como apoios para a sustentabilidade e realização dos Jogos Desportivos Escolares.

Na componente desenvolvimento das Artes e da Cultura, o CFM assume-se como mecenas das artes e cultura. Assim, na valorização desta categoria cultural apoiou o lançamento de várias obras literárias bem como obras relacionadas com as políticas do Ensino Superior em Moçambique.

Na vertente transporte de passageiros (como acção de Responsabilidade Social) e em cumprimento das recomendações do Governo para o sector dos transportes, a cifra de 85% mantém-se e, este ano, temos o desafio de melhorarmos o défice, com o desencadeamento de acções em carteira, tais como: (i) reajustamento de tarifas, (ii) controlo de acessos com vista a garantir que todos os passageiros adquiram bilhetes; e (iii) controlo interno.

PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

Relatório do Conselho de Administração



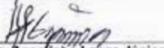
Por último, ainda nesta vertente social, o CFM apoiou a participação da Associação Moçambicana para as Vítimas de Insegurança Rodoviária (AMVIR) na V Reunião Global das Organizações Não-Governamentais para a segurança rodoviária e vítimas de estrada e apoiou a publicação de obras literárias de conceituados escritores e a nova geração de escritores moçambicanos.

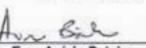
É de salientar que nos últimos tempos a empresa tem vindo a receber pedidos de apoio financeiro e patrocínio vindos de pessoas singulares e colectivas, trazendo projectos de várias naturezas, alguns dos quais fora das nossas linhas de acção e de certa forma com grande impacto social, que tem merecido o nosso apoio.

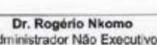
Maputo, 04 de Julho de 2018

O Conselho de Administração:

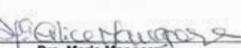

Eng. Miguel Matabet
Presidente do Conselho de Administração

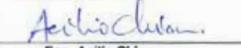

Eng. Agostinho Langa Júnior
Administrador Executivo


Eng. Aníelo Balinha
Administrador Executivo


Dr. Rogério Nkomo
Administrador Não Executivo


Dr. Joaquim Zucule
Administrador Executivo


Dra. Maria Mangora
Administradora Executiva


Eng. Acílio Chlau
Administrador Não Executivo



Relatório e contas 2017

Parecer

Compete à Direcção de Auditoria Interna (DAI) auditar os registos contabilísticos, examinar os sistemas de controlo interno, examinar a integridade e fidedignidade da informação financeira, examinar os meios usados para proteger os ativos através da avaliação do risco, verificar o grau de aplicação das normas e comunicar através dos relatórios ao Conselho de administração do CFM o resultado dos trabalhos de auditoria e certificar-se que foram tomadas as providências necessárias a respeito das recomendações.

A DAI sendo um órgão de controlo, responsável por fortalecer e assessorar o Conselho de Administração acompanhou o funcionamento da empresa ao longo do exercício económico de 2017, tendo executado integralmente o seu plano de actividades que resultou em 27 relatórios.

No exercício das suas funções, a DAI teve a colaboração incondicional do Conselho de Administração e das Direcções Executivas do Sul, Centro, Norte e a Sede do CFM aos quais oportunamente endereçou os relatórios das auditorias realizadas, cuja estrutura apresentava as constatações individualizadas, riscos, implicações, recomendações e a avaliação do risco, considerando os comentários dos órgãos de gestão.

O parecer da Direcção de Auditoria Interna em relação às contas do CFM relativas ao exercício económico de 2017 é expresso nos termos seguintes:

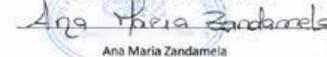
Ante o exposto, a DAI considera que as Demonstrações Financeiras da Empresa Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique que se reportam a data de 31 de Dezembro de 2017, foram preparadas em conformidade com a lei em vigor no País, adoptando regras e princípios universalmente aceites, e de acordo com o Plano Geral de Contabilidade, baseado nas Normas Internacionais de Relato Financeiro, aplicado a grandes empresas (PGC-NIRF);

No geral, as acções de auditorias realizadas às contas do CFM foram satisfatórias dado que as recomendações foram acatadas pelas áreas auditadas. Assim, os números apresentados neste relatório correspondem, de forma exacta e inequívoca, ao desempenho da empresa no período de 2017;

O resultado líquido do exercício é positivo e cresceu em relação ao ano 2016, a empresa encontra-se em posição de contínuo cumprimento da missão de transportar pessoas e bens com segurança e garantir a melhoria de vida a milhares de moçambicanos.

Maputo, 02 de Outubro de 2017

A Directora de Auditoria Interna


Ana Maria Zandamela

Técnica Superior de Finanças

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias, o Conselho Fiscal apresenta aos Exmos. Senhores Administradores, o seu relatório e parecer sobre as contas e actividades dos CFM – Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique, E.P., relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2017.

A elaboração das demonstrações financeiras é da competência do Conselho de Administração, cabendo ao Conselho Fiscal a responsabilidade de proceder à sua apreciação e à elaboração do seu parecer.

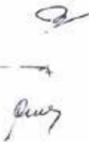
As Demonstrações Financeiras vêm acompanhadas de relatórios de actividades e contas realizadas no exercício económico de 2017, elaborados pelo Conselho de Administração.

No cumprimento das suas atribuições e com base na informação obtida dos competentes órgãos de gestão dos CFM., o Conselho Fiscal concluiu que:

- Como resultado das análises feitas e das informações obtidas, bem como do relatório do auditor independente, o Conselho Fiscal é de opinião que as Demonstrações Financeiras dos CFM compostas por Balanço, Mapa de Demonstração dos Resultados, Mapa de variação dos Fundos Próprios, Mapa de Fluxos de Caixa, Sumário das principais políticas contabilísticas e das Notas Explicativas às Contas estão em conformidade com a lei;
- As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF); e
- As Demonstrações Financeiras reflectem a posição patrimonial e financeira dos CFM em 31 de Dezembro de 2017, bem como os resultados das operações realizadas durante o exercício.

Da apreciação feita às Demonstrações Financeiras e das actividades realizadas, o Conselho Fiscal considera importante salientar os seguintes desenvolvimentos:

- O activo total ascendeu a 52.319,6 milhões de meticals, representando um decréscimo de 3,4%, entre 2016 e 2017.



PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.



Declaração de Responsabilidade do Conselho de Administração

A Administração é responsável pela preparação, integralidade e apresentação apropriada das demonstrações financeiras dos Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique, E.P.

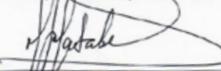
As demonstrações financeiras foram auditadas pelos auditores independentes PricewaterhouseCoopers, Lda., aos quais foram disponibilizados todos os registos contabilísticos da empresa e respectiva documentação suporte assim como todos os contratos, acordos, actas e a correspondência relevante. A opinião dos referidos auditores independentes está apresentada nas páginas 1 a 3.

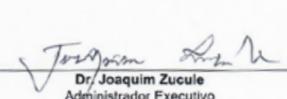
As demonstrações financeiras para o ano findo a 31 de Dezembro de 2017, constantes das páginas 8 a 47, foram preparadas de acordo com o Plano Geral de Contabilidade para Empresas de Grande e Média Dimensão (PGC – NIRF). O pressuposto de continuidade das operações foi tomado em consideração na preparação das referidas demonstrações financeiras e, com base em previsões e recursos financeiros disponíveis, a Administração não tem conhecimento de qualquer razão que possa por em causa a continuidade da empresa num futuro previsível.

A Administração é igualmente responsável pela manutenção de um sistema de controlo interno apropriado. Este é concebido para assegurar uma razoável, mas não absoluta certeza sobre a fiabilidade das demonstrações financeiras e para salvaguardar adequadamente os activos da empresa. Os controlos internos são monitorados pela Administração e pelos empregados da empresa com a necessária segregação de autoridade e funções. Procedimentos estão implementados para monitorar os controlos internos, identificar fraquezas materiais e implementar as adequadas acções correctivas.

A Administração é ainda responsável pelo cumprimento das leis e regulamentos vigentes na República de Moçambique.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da empresa em 04 de Julho de 2018 e assinadas pelos seus representantes:


Eng. Miguel Matabel
Presidente do Conselho de Administração


Dr. Joaquim Zucule
Administrador Executivo


Dr. Carlos Macamo
Director da Administração e Finanças

- O passivo Total registou um decréscimo de cerca de 32%, totalizando no fim do exercício 16.802,6 milhões de meticals.
- A situação líquida no valor de 35.517,0 milhões de meticals registou um crescimento de cerca de 20,4% relativamente a 2016; e
- O resultado bruto no montante de 5.595,1 milhões de meticals, representa um acréscimo de 273,5% relativamente ao resultado apurado em 2016.

Deste modo, o resultado líquido depois dos impostos foi de 3.007,9 milhões de meticals representando um aumento de cerca de 315,2% em relação ao registado no exercício de 2016.

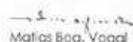
Tendo em consideração os elementos apresentados pela Administração, analisados pelo Conselho Fiscal e reflectidos nos indicadores anteriormente referidos, o Conselho Fiscal é de parecer favorável e recomenda, aos órgãos competentes, que sejam aprovados os documentos que consubstanciam o Relatório de Contas dos CFM, E.P., relativo ao exercício económico de 2017.

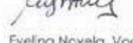
O Conselho Fiscal dirige um voto de louvor ao Conselho de Administração e através deste, a todos os colaboradores dos CFM, E.P., pelos esforços que foram desenvolvidos durante o exercício em análise, e que vêm reflectidos no Relatório analisado.

Maputo, Outubro de 2018

O Conselho Fiscal


Luís Matos, Presidente


Matias Boa, Vogal


Evelina Novela, Vogal



Relatório do auditor independente

Aos Accionistas dos Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique, E.P.

A nossa opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada, em todos os aspectos materiais, a posição financeira dos Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique, E.P. (a Sociedade) em 31 de Dezembro de 2017 e o seu desempenho financeiro e os seus fluxos de caixa no ano então findo em conformidade com o Plano Geral de Contabilidade para Empresas de Grande e Média Dimensão.

O que auditámos

As demonstrações financeiras dos Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique, E.P., apresentadas nas páginas 8 a 47, que compreendem:

- o balanço em 31 de Dezembro de 2017;
- a demonstração dos resultados por naturezas para o ano então findo;
- a demonstração das variações no capital próprio para o ano então findo;
- a demonstração de fluxos de caixa para o ano então findo; e
- as notas às demonstrações financeiras que incluem um sumário das políticas contabilísticas significativas.

Base para a opinião

Executámos a nossa auditoria de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs). As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas neste relatório na secção "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras".

Entendemos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporecionar uma base para a nossa opinião.

Independência

Somos independentes da Sociedade, de acordo com os requisitos éticos aplicáveis à execução de auditorias de demonstrações financeiras em Moçambique e com o Código de Ética do *International Ethics Standards Board for Accountants* (IESBA), e cumprimos com as restantes responsabilidades éticas de harmonia com os outros requisitos éticos aplicáveis à execução de auditorias em Moçambique e com o Código de Ética do IESBA.

Outra informação

A Administração é responsável pela outra informação. A outra informação compreende a Declaração de Responsabilidade do Conselho de Administração e o Relatório do Conselho de Administração e não inclui as demonstrações financeiras nem o nosso relatório de auditoria sobre as demonstrações financeiras.

A nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange a outra informação e não expressamos uma opinião de auditoria ou outra forma de segurança sobre a mesma.

PricewaterhouseCoopers, Lda. - Av. Vladimir Lenine, 174, 4.º andar, Edifício Millennium Park, Caixa Postal 796, Maputo, Moçambique
T: (+258) 21 250400, (+258) 21 307612/20, F: (+258) 21 307621/300299, E: maputo@ma.pwc.com
www.pwc.com

PricewaterhouseCoopers Ltd
Número de matrícula: 11875 - NUIT: 40002818 - Capital Social: 58.000,00 MZN





A nossa responsabilidade em conexão com a nossa auditoria às demonstrações financeiras consiste na leitura da outra informação acima identificada e, ao fazê-lo, considerar até que ponto a outra informação é materialmente inconsistente com as demonstrações financeiras, ou com o entendimento que obtivemos na auditoria, ou se aparenta estar materialmente distorcida.

Se, com base no trabalho que efectuámos, concluirmos que existe uma distorção material na outra informação é-nos exigido que reportemos tal facto. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela preparação e apresentação apropriada das demonstrações financeiras de acordo com o Plano Geral de Contabilidade para Empresas de Grande e Média Dimensão e pelo controlo interno que a Administração determine ser necessário para possibilitar a preparação de demonstrações financeiras que estejam isentas de distorção material devida a fraude ou erro.

Quando prepara as demonstrações financeiras, a Administração é responsável por avaliar a capacidade da Sociedade prosseguir em continuidade, divulgando, conforme aplicável, os assuntos relativos à continuidade, e por usar o pressuposto da continuidade a não ser que a Administração tencione liquidar a Sociedade, ou cessar as operações, ou não tenha alternativa realista senão fazê-lo.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorção material, devida a fraude ou erro, e emitir um relatório de auditoria onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de fiabilidade mas não é uma garantia de que uma auditoria conduzida em conformidade com as ISAs detectará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ser originadas por fraude ou erro e são consideradas materiais se, individualmente ou agregadas, for razoavelmente expectável que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais, mantemos ceticismo profissional e também:

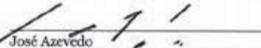
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detectar uma distorção material proveniente de fraude é maior do que aquele que provém de erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objectivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Sociedade;
- Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas adoptadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respectivas divulgações feitas pela Administração;



- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe uma incerteza material relacionada com eventos ou condições que possam suscitar uma dúvida significativa sobre a capacidade da Sociedade continuar as suas operações. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações incluídas nas demonstrações financeiras ou modificar a nossa opinião se tais divulgações forem inadequadas. As nossas conclusões baseiam-se na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório de auditoria, porém, futuros eventos ou condições podem causar que a Sociedade descontinue as operações;
- Avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se estas reproduzem as transações e eventos subjacentes de modo a atingir uma apresentação apropriada.

Comunicamos à Administração, entre outros assuntos, o plano do âmbito e calendário da auditoria, as constatações relevantes da auditoria, incluindo quaisquer deficiências significativas no controlo interno por nós identificadas durante a nossa auditoria.

PricewaterhouseCoopers, Lda.
Sociedade de Auditores Certificados 11/SAC/OCAM/2014, representada por:


José Azevedo
Auditor Certificado 10/CA/OCAM/2012
Maputo, 19 de Setembro de 2018



PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

Balanco
em 31 de Dezembro de 2017
(valores expressos em milhares de Meticals)



	Notas	2017	2016
ACTIVOS			
<u>Activos não correntes</u>			
Activos tangíveis	6	28.820.512	30.203.501
Activos tangíveis de investimento	7	6.184.809	7.038.447
Activos intangíveis	8	70.953	78.109
Investimentos em subsidiárias e associadas	9	214.934	285.732
Outros activos financeiros	10	28.550	6.100.850
Activos por impostos diferidos	29	8.031	926.946
		35.327.789	44.633.585
<u>Activos correntes</u>			
Inventários	11	1.161.250	1.177.386
Clientes	12	3.587.751	2.239.765
Outros activos financeiros	10	63.910	310.815
Outros activos correntes	13	2.527.323	2.720.690
Caixa e bancos	14	9.651.650	3.085.236
		16.991.884	9.533.892
Total dos activos		52.319.673	54.167.477
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVOS			
<u>Capital próprio</u>			
Capital social	15	1.242.981	1.242.981
Reservas		6.228.319	6.822.586
Resultados transitados		25.037.784	20.722.042
Resultados líquidos do período		3.007.924	724.351
Total do capital próprio		35.517.008	29.511.960
<u>Passivos não correntes</u>			
Empréstimos obtidos	16	3.094.785	9.251.394
Outros passivos financeiros	17	6.672.746	7.613.246
Passivos por impostos diferidos	29	227.381	-
Outros passivos não correntes	18	761.937	738.868
		10.756.849	17.603.508
<u>Passivos correntes</u>			
Provisões	19	199.937	162.664
Fornecedores	20	1.163.006	394.697
Empréstimos obtidos	16	1.782.850	2.368.335
Outros passivos financeiros	17	777.921	833.804
Impostos a pagar	21	831.126	1.101.317
Outras contas a pagar	18	1.290.976	2.191.192
		6.045.816	7.052.009
Total dos passivos		16.802.665	24.655.517
Total do capital próprio e dos passivos		52.319.673	54.167.477

PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

Demonstração das variações no capital próprio
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2017
(valores expressos em milhares de Meticals)



	Capital social	Reservas legais	Reserva para investimento	Fundo social dos trabalhadores	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total do capital próprio
Saldo no início de 2016	1.242.981	368.232	4.929.876	335.943	20.722.042	1.188.535	28.787.609
<u>Movimentos em reservas:</u>							
Aplicação dos resultados	-	59.427	1.069.681	59.427	-	(1.188.535)	-
Resultado líquido do período	-	-	-	-	-	724.351	724.351
Resultado absoluto do período	-	59.427	1.069.681	59.427	-	(464.184)	724.351
Saldo no fim de 2016	1.242.981	427.659	5.999.557	395.370	20.722.042	724.351	29.511.960
<u>Movimentos em reservas:</u>							
Aplicação dos resultados	-	-	-	-	724.351	(724.351)	-
Transferências	-	(59.427)	(475.413)	(59.427)	594.267	-	-
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	3.007.924
Outras alterações	-	-	-	-	3.591.293	-	3.591.293
Outros movimentos	-	-	-	-	99	-	99
Resultado absoluto do período	-	(59.427)	(475.413)	(59.427)	4.910.010	2.283.573	6.599.316
<u>Operações com detentores de capital:</u>							
Dividendos	-	-	-	-	(594.268)	-	(594.268)
	-	-	-	-	(594.268)	-	(594.268)
Saldo no fim de 2017	1.242.981	368.232	5.524.144	335.943	25.037.784	3.007.924	35.517.008

PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

Demonstração dos resultados por naturezas
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2017
(valores expressos em milhares de Meticals)



	Notas	2017	2016
Vendas de bens e serviços	22	11.980.353	10.823.115
Investimentos realizados pela própria empresa	23	211.229	156.060
Custo dos inventários vendidos ou consumidos	11	(273.069)	(417.396)
Custos com o pessoal	24	(3.506.868)	(3.241.016)
Fornecimentos e serviços de terceiros	25	(4.293.162)	(3.265.358)
Amortizações	6, 7, 8	(3.358.862)	(3.392.803)
Provisões	19	(37.273)	-
Ajustamentos de inventários	11	26.815	59.696
Imparidades de contas a receber	12	(280.159)	(112.966)
Outros ganhos e perdas operacionais	26	3.493.807	2.324.569
		3.962.811	2.933.901
Rendimentos financeiros	27	9.834.784	4.741.572
Gastos financeiros	28	(8.202.485)	(6.177.632)
		1.632.299	(1.436.060)
Resultados antes de impostos		5.595.110	1.497.841
Imposto sobre o rendimento	29	(2.587.186)	(773.490)
Resultados líquidos do período		3.007.924	724.351

PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

Demonstração de fluxos de caixa
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2017
(valores expressos em milhares de Meticals)



	Notas	2017	2016
Fluxo de caixa das actividades operacionais			
Resultado líquido do período		3.007.924	724.351
<u>Ajustamentos ao resultado relativos a:</u>			
Amortizações	6, 7, 8	3.358.862	3.392.803
Impostos sobre o rendimento (corrente e diferido)	29	2.587.186	773.490
Imparidades	11, 12, 28	6.326.355	109.500
Provisões	19	37.273	127.588
Ajustamentos	6	685.668	-
Dividendos	27	(861.200)	-
Juros e similares (líquidos)	27, 28	125.214	-
Menos valias na venda dos activos tangíveis	26	(26.404)	9.599
Mais ou menos valias na alienação de acções	27, 28	(6.157.604)	-
		9.083.274	5.137.331
Redução/(aumento) em inventários	11	42.952	(94.441)
Aumento em clientes e outros activos financeiros	10, 12	(1.381.242)	(3.509.661)
Redução/(aumento) em outros activos correntes	13	193.367	(452.891)
Aumento/(redução) em fornecedores e outros passivos financeiros	17, 20	768.309	(1.797.433)
Redução/(aumento) em outros passivos correntes	18	(815.068)	676.311
Caixa gerada pelas actividades operacionais		7.891.592	(40.784)
Impostos pagos	29	(1.694.039)	(641.783)
Caixa líquida gerada pelas actividades operacionais		6.197.553	(682.567)
Fluxo de caixa das actividades de investimento			
<u>Pagamentos respeitantes a:</u>			
Aquisição dos activos tangíveis	6	(1.809.540)	(4.075.028)
Aquisição de outros investimentos	9	(5.223)	(63.272)
<u>Recebimentos respeitantes a:</u>			
Venda de activos tangíveis	26	34.582	1.857.547
Venda de outros investimentos	27	6.233.626	-
Juros e rendimentos similares	27	201.332	-
Dividendos	27	861.200	-
Caixa líquida usada nas actividades de investimento		5.515.977	(2.280.753)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
<u>Recebimentos respeitantes a:</u>			
Empréstimos e outros financiamentos obtidos		-	3.114.069
<u>Pagamentos respeitantes a:</u>			
Reembolso de empréstimos	16	(3.150.802)	-
Juros e gastos similares	28	(326.546)	-
Dividendos	26	(594.268)	(825.360)
Outras operações de financiamento	17	(1.075.500)	-
Caixa líquida usada nas actividades de financiamento		(5.147.116)	2.288.709
Variação de caixa e equivalentes de caixa		6.566.414	(674.611)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		3.085.236	3.759.847
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	14	9.651.650	3.085.236



PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

Nota às demonstrações financeiras
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2017
(valores expressos em milhares de Meticals)



1. Introdução

Os Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique, E.P. (CFM ou empresa) com sede em Maputo, na Praça dos Trabalhadores, iniciou a actividade como Empresa Estatal, tutelada pelo Ministério dos Transportes e Comunicações, constituída através do Decreto nº 6/89 de 11 de Maio, e tem presença efectiva em grande parte do território nacional.

Com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 1995, a Empresa Estatal foi transformada em Empresa Pública, ao abrigo do Decreto nº 40/94, de 18 de Setembro, passando a adoptar a designação de Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique, E.P. O capital estatutário estabelecido pelo decreto supracitado foi de 1.242.981 milhares de meticals e encontra-se integralmente subscrito e realizado pelo Estado Moçambicano que assim se constitui a casa mãe dos CFM.

A empresa tem como objecto principal o serviço público de transporte ferroviário de passageiros e de mercadorias em território moçambicano, com carácter regular e não regular, para além do manuseamento de mercadorias nos Portos.

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em reunião ocorrida no dia 4 de Julho de 2018.

Participação privada na gestão dos Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique

Têm vindo a ser implementadas um conjunto de acções no âmbito do Projecto de Reestruturação do sector ferroviário em Moçambique que contemplam a cedência ao sector privado da gestão e exploração dos sistemas ferroviários do país em regime de concessão.

Na concepção original do programa de concessões, exceptuavam-se deste sistema de envolvimento do sector privado as actividades consideradas de índole estratégica ou que não requerem grande tecnologia de operação e gestão, como por exemplo os terminais de combustíveis (e de outros líquidos a granel) em todos os portos internacionais e o terminal de cereais do porto de Maputo. Estas unidades foram transformadas em centros de resultados específicos e devidamente capacitados para gerir o negócio com eficiência.

Face aos graves problemas enfrentados em algumas das concessões já concretizadas, foi decidido, em finais de 2005, e princípios de 2006, encerrar o processo de concessões das linhas férreas do Sul e do Porto de Pemba. Em finais de 2010, o Governo de Moçambique iniciou o processo de rescisão do contrato de concessão do Sistema Ferroviário da Beira, devido ao incumprimento das obrigações contratuais por parte da Companhia dos Caminhos de Ferro da Beira, que viria a culminar com a reversão do empreendimento a favor dos CFM em finais de 2011.

Portanto, de momento, estão a ser directamente explorados pelos CFM as seguintes infra-estruturas:

- Linha Férrea de Ressano Garcia;
- Linha Férrea do Limpopo;
- Linha Férrea de Goba;
- Sistema Ferroviário da Beira (que inclui a linha de Sena, Machipanda e o ramal de Marromeu)
- Secção comum às 3 linhas da rede sul e zona de Manobras de Maputo;
- Oficinas Gerais (CFM-Sul);

PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

Nota às demonstrações financeiras
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2017
(valores expressos em milhares de Meticals)



2. Bases de preparação

As presentes demonstrações financeiras, que se reportam à data de 31 de Dezembro de 2017, foram preparadas de acordo, e estão em conformidade com, o Plano Geral de Contabilidade para Empresas de Grande e Média Dimensão (PGC – NIRF) e, em consequência, com base no princípio do custo histórico, excepto para as situações especificamente identificadas, que decorrem da aplicação das Normas de Contabilidade e Relato Financeiro (NCRF). As demonstrações financeiras foram igualmente preparadas com base nos princípios do acréscimo e da continuidade.

Na preparação destas demonstrações financeiras não foi ferrogada qualquer disposição do PGC – NIRF e não existem situações que afectem a comparabilidade das diversas rubricas contabilísticas.

Note-se, no entanto, que a preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o PGC – NIRF exige que o Conselho de Administração formalize julgamentos, estimativas e pressupostos, que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e mensuração dos activos, passivos, rendimentos e gastos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e outros factores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos activos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

As questões que requerem um maior índice de julgamento ou complexidade, ou para os quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentadas na nota 3.

Assim, estas demonstrações financeiras reflectem o resultado das operações e a posição financeira dos CFM com referência a 31 de Dezembro de 2017, sendo apresentadas em milhares de meticals arredondados ao milhar mais próximo.

Refira-se que estas são as demonstrações financeiras individuais dos CFM, estando a empresa obrigada à apresentação de demonstrações financeiras consolidadas que incluem as suas subsidiárias e associadas (Nota 9).

3. Principais políticas contabilísticas

a) Transacções em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras estão apresentadas em meticals, que constitui a moeda funcional e de apresentação utilizada pelos CFM nas suas operações e preparação das suas demonstrações financeiras.

As transacções em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transacção e os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para meticals à taxa de câmbio em vigor na data de balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados.

Os activos e passivos não monetários reconhecidos ao custo histórico e expressos em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio da data da transacção.

PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

Nota às demonstrações financeiras
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2017
(valores expressos em milhares de Meticals)



- Terminal de Alumínio da Matola;
- Terminais de Combustíveis (em todos os portos nacionais);
- Terminal de Cereais do Porto de Maputo;
- Porto de Pemba; e
- Demais infra-estruturas e instalações não incluídas nas concessões outorgadas.

Actualmente, as concessionárias das infra-estruturas ferro-portuárias são as seguintes:

Na zona Sul:

- ❑ Sociedade de Desenvolvimento do Porto de Maputo, S.A. (MPDC), que tem a concessão de exploração do Porto de Maputo e que absorveu as concessões e subconcessões de terminais específicos anteriormente cedidos pelo CFM;
- ❑ Terminal de Cabotagem de Maputo, S.A. (TCM) que tem a concessão do referido terminal portuário; e
- ❑ Sociedade de Terminais de Moçambique, S.A. (STM) que tem a concessão de exploração da terminal ferroviária das Mahotas.

Na zona Centro:

- ❑ Cornelder de Moçambique, S.A. (CdM) que tem a concessão de exploração dos terminais de carga geral e de contentores e propósitos múltiplos do Porto da Beira;
- ❑ Cornelder Quelimane, S.A. (CdQ) que tem a concessão do Porto de Quelimane; e
- ❑ Beira Grain Terminal (BGT) com quem se firmou contrato de concessão do Terminal de Cereais da Beira.

Na zona Norte:

- ❑ Corredor de Desenvolvimento do Norte (CDN) com quem se firmou o contrato de concessão de exploração do sistema ferroviário do Norte e do Porto de Nacala;
- ❑ Kenmare Moma Processing (Mauritius) Limited (Mozambique Branch), que possui a concessão para a concepção, construção e exploração do cais (jetty) a construir na costa da província de Nampula, próximo das minas de exploração de areias pesadas de Moma;
- ❑ CLN - Corredor Logístico de Nacala, que construiu, opera e gere o Ramal Ferroviário de Nacala-à-Velha, as infra-estruturas portuárias do Terminal de Carvão de Nacala-à-Velha e a Linha Ferroviária Moatize – Malawi, cujas actividades comerciais iniciaram em Janeiro de 2016; e
- ❑ CEAR – Central East African Railways (no Malawi): não obstante esta concessão não se localizar no território nacional, os CFM ganharam o concurso internacional de concessão de exploração dos Caminhos de Ferro do Malawi, em associação com o parceiro privado da concessão do Corredor do Norte – a Sociedade de Desenvolvimento do Corredor de Nacala (SDCN) – tendo sido constituída a empresa concessionária CEAR e firmado com o Governo do Malawi o contrato de concessão da exploração daquele caminho de ferro.

PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

Nota às demonstrações financeiras
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2017
(valores expressos em milhares de Meticals)



As taxas de câmbio utilizadas para conversão dos saldos expressos em moeda estrangeira foram as seguintes:

	2017		2016	
	Compra	Venda	Compra	Venda
Dólar Norte-Americano	58,44	59,60	70,20	71,60
Rands Sul-Africanos	4,74	4,83	5,11	5,21
Euros	70,00	71,40	73,40	74,87

b) Activos tangíveis

Os activos tangíveis utilizados pelos CFM no decurso da sua actividade são registados ao custo de aquisição, deduzido de depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

O custo de aquisição inclui o preço pago pela propriedade do activo e todos os custos directamente incorridos para o colocar no estado de funcionamento.

Na data de transição para o PGC – NIRF, os CFM decidiram adoptar como custo considerado para os seus activos tangíveis o valor reavaliado em conformidade com as anteriores políticas contabilísticas, o qual era equiparado ao custo mensurado de acordo com o PGC – NIRF.

Os custos subsequentes são reconhecidos como um activo separado apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para os CFM. As despesas de manutenção e reparação e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidas nos resultados do período em que foram incorridas.

A depreciação dos activos tangíveis é calculada numa base sistemática ao longo da vida útil estimada do bem, a qual corresponde ao período em que se espera que o activo esteja disponível para uso.

A vida útil dos activos tangíveis foi estimada como segue:

	2018	2017
Construções	25 – 50 anos	25 – 50 anos
Equipamento básico	4 – 10 anos	4 – 10 anos
Outros activos tangíveis	5 - 10 anos	5 - 10 anos

Os CFM efectuam regularmente a análise da adequação da vida útil estimada dos seus activos tangíveis e as alterações na vida útil esperada dos activos são registadas através da alteração do período ou método de depreciação, conforme apropriado, e tratadas como alterações em estimativas contabilísticas.

Periodicamente, são efectuadas análises no sentido de identificar evidências de imparidade em activos tangíveis e reconhecida uma perda por imparidade com reflexo nos resultados do exercício sempre que o valor líquido contabilístico dos activos tangíveis excede o seu valor recuperável. Os CFM procedem à reversão das perdas por imparidade nos resultados do período caso, subsequentemente, se verifique um aumento no valor recuperável do activo.



PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

Nota às demonstrações financeiras
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2017
(valores expressos em milhares de Meticals)



O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o preço de venda líquido e o valor de uso e é calculado com base nos fluxos de caixa estimados que se esperam a vir obter através do uso continuado do activo e da sua alienação no final da vida útil.

Um item do activo tangível deixa de ser reconhecido aquando da sua alienação ou quando não se esperam benefícios económicos futuros decorrentes da sua utilização ou alienação. Qualquer ganho ou perda decorrente da anulação do reconhecimento do activo (calculado como a diferença entre o rendimento da venda e a quantia escriturada do activo) é reconhecido em resultados no período da sua anulação do reconhecimento.

c) Activos tangíveis de investimento

Os CFM classificam como activos tangíveis de investimento os equipamentos e construções detidos com o objectivo de obter rendimentos através de rendas. Os activos tangíveis de investimento são valorizados pelo modelo do custo, tal como referido em 2b), sendo-lhes aplicados todos os critérios de reconhecimento e mensuração aí referidos bem como as políticas contabilísticas previstas.

d) Inventários

Os inventários são valorizados ao menor entre o seu custo de aquisição e o valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui os custos de aquisição, os custos com impostos não dedutíveis e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição actual. O custeio das saídas (consumos) é efectuado através do custo médio ponderado.

Os ajustamentos ao valor realizável líquido são avaliados numa base anual e, caso se constate a necessidade de proceder ao seu reconhecimento, são registados como uma dedução ao activo por contrapartida dos resultados do exercício.

e) Custo dos empréstimos obtidos

Os custos dos empréstimos obtidos que são directamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um activo elegível fazem parte do custo do activo. Esses custos são capitalizados como parte do custo do activo quando é provável que resultem em benefícios económicos futuros para os CFM e podem ser mensurados com fiabilidade.

f) Imparidade de itens não monetários

Os CFM avaliam, a cada data de relato, ou com maior frequência caso tenha ocorrido alterações que indiquem que um determinado activo possa estar em imparidade, se existem indicações de que um activo não financeiro se possa encontrar em imparidade. Se tal indicação existir, os CFM estimam a respectiva quantia recuperável e, caso esta se apresente inferior à quantia escriturada, o activo encontra-se em imparidade e é reduzido para a sua quantia recuperável.

A cada data de balanço, os CFM reavaliam se existe qualquer indicação de que uma perda por imparidade anteriormente reconhecida possa já não existir ou possa ter reduzido. Caso exista tal indicação, os CFM estimam a quantia recuperável do activo e reverte as perdas por imparidade previamente reconhecidas apenas se tiverem ocorrido alterações nas estimativas usadas para estimar a quantia recuperável desde o reconhecimento da perda.

PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

Nota às demonstrações financeiras
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2017
(valores expressos em milhares de Meticals)



Entende-se por justo valor o montante pelo qual um activo ou passivo pode ser transferido ou liquidado entre partes independentes, informadas e interessadas na concretização da transacção em condições normais de mercado. O justo valor de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é geralmente o preço da transacção.

O justo valor é determinado com base em preços de um mercado activo ou em métodos de avaliação no caso de inexistência de tal mercado activo. Um mercado é considerado activo se ocorrerem transacções de forma regular.

Os CFM avaliam, à data de cada balanço, se existe evidência objectiva de que um activo financeiro ou grupo de activos financeiros está em imparidade. Considera-se que um activo financeiro está em imparidade se, e apenas se, existir evidência objectiva de perda de valor em resultado de um ou mais acontecimentos que tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do activo e desde que tais acontecimentos tenham um impacto sobre os fluxos de caixa futuros estimados dos activos financeiros.

A evidência de imparidade pode incluir indicações de que o devedor ou um grupo de devedores está em dificuldades financeiras, incumprimento ou mora na liquidação de capital ou juros, a probabilidade de entrarem em falência ou em reorganização financeira e sempre que esteja disponível informação que indique um decréscimo de valor dos fluxos de caixa futuros.

Reconhecimento inicial, mensuração e anulação do reconhecimento

As aquisições e alienações dos activos financeiros ao justo valor através dos resultados, assim como os activos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos na data da sua transacção.

Os activos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transacção, à excepção da categoria dos activos financeiros ao justo valor através dos resultados, sendo os custos de transacção reconhecidos em resultados.

A anulação dos activos financeiros ocorre quando os direitos contratuais do activo financeiro expira, se tenha procedido à transferência substancial de todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou, não obstante se retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, os CFM tenham transferido o controlo sobre esses activos.

Mensuração subsequente

Após o reconhecimento inicial, os activos financeiros ao justo valor através dos resultados são reconhecidos pelo justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados do exercício.

Os activos financeiros disponíveis para venda são valorizados ao justo valor e as variações reconhecidas em capitais próprios até ao momento da anulação do reconhecimento, ou seja, quando identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registado em capitais próprios é transferido para resultados.

Os activos detidos até à maturidade após o reconhecimento inicial, assim como os empréstimos e contas a receber, são mensurados ao custo amortizado, através do método da taxa de juro efectiva. Os ganhos e perdas são reconhecidos em resultados aquando da anulação do reconhecimento, quando este se encontra em imparidade assim como os que decorrem da aplicação do método do juro efectivo.

PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

Nota às demonstrações financeiras
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2017
(valores expressos em milhares de Meticals)



g) Locações

A determinação de que um contrato é ou contém uma locação é baseada na substância do contrato, atendendo à determinação de qual a entidade que retém substancialmente os riscos e vantagens inerentes à propriedade do bem locado.

Nas locações financeiras, que transferem substancialmente para os CFM todos os riscos e vantagens, o custo do activo é registado como um activo tangível e a correspondente responsabilidade é registada no passivo. A depreciação do activo é calculada conforme descrito na nota 2b) e registada como gasto na demonstração de resultados dentro do período a que respeitam.

As rendas são constituídas pelo encargo financeiro e pela amortização financeira do capital (tal como inicialmente reconhecido como passivo) e os encargos financeiros são imputados aos exercícios a que se referem.

Nas locações operacionais as rendas são reconhecidas como gasto numa base linear durante o período da locação.

h) Activos financeiros

A classificação dos activos financeiros no seu reconhecimento inicial depende do objectivo para o qual o instrumento foi adquirido bem como das suas características, considerando as seguintes categorias:

Activos financeiros ao justo valor através dos resultados

A categoria de activos financeiros ao justo valor através dos resultados inclui activos financeiros detidos para negociação, adquiridos com o objectivo principal de serem transaccionados no curto prazo e outros activos financeiros ao justo valor por via dos resultados.

Activos financeiros disponíveis para venda

Os activos financeiros disponíveis para venda são activos financeiros não derivados detidos com a intenção de manter por tempo indeterminado ou designados para venda no momento do seu reconhecimento inicial.

Activos financeiros detidos até à maturidade

Considera-se activos detidos até à maturidade a categoria de activos financeiros não derivados com pagamentos fixos e determináveis e maturidades fixadas, que os CFM têm intenção de deter até à maturidade.

Empréstimos e contas a receber

Classificam-se como empréstimos e contas a receber os activos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis que não estejam cotados num mercado activo.

Os activos financeiros são reconhecidos no balanço dos CFM na data de contratação, pelo respectivo justo valor acrescido de custos de transacção directamente atribuíveis, excepto para activos e passivos ao justo valor através dos resultados em que os custos de transacção são imediatamente reconhecidos em resultados.

PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

Nota às demonstrações financeiras
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2017
(valores expressos em milhares de Meticals)



O justo valor dos activos financeiros que são negociados em mercados financeiros organizados é o seu preço de compra corrente ("bidprice"). Na ausência de um mercado activo, o justo valor é determinado através de técnicas de avaliação, tais como os preços de transacção recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado e de técnicas de fluxos de caixa descontados ou outros modelos de avaliação.

Para os activos financeiros cujo justo valor não é possível mensurar com fiabilidade, o reconhecimento é feito ao custo de aquisição e a imparidade é registada por contrapartida de resultados.

Imparidade

Em cada data de balanço é efectuada uma avaliação da existência de evidência objectiva de imparidade.

Activos financeiros registados ao custo amortizado

Se existir evidência objectiva de que foi suportada uma perda por imparidade em empréstimos concedidos e contas a receber ou investimentos detidos até à maturidade registados ao custo amortizado, a quantia da perda é mensurada como a diferença entre a quantia registada do activo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de juro efectiva original do activo financeiro. A quantia registada do activo deve ser reduzida através do uso de uma conta de redução do activo e a quantia da perda deve ser reconhecida nos resultados.

Se, num período subsequente, a quantia da perda por imparidade diminuir e a diminuição possa ser objectivamente relacionada com um acontecimento que ocorra após o reconhecimento da imparidade, a perda por imparidade anteriormente reconhecida deve ser revertida ajustando a conta de redução do activo e da reversão não deve resultar numa quantia do activo financeiro que exceda a quantia que poderia ter sido determinada pelo custo amortizado se a imparidade não tivesse sido reconhecida à data em que a imparidade foi revertida. A quantia da reversão deve ser reconhecida nos resultados.

Activos financeiros registados pelo custo

Se existir evidência objectiva de que foi suportada uma perda por imparidade num instrumento de capital próprio não cotado que não está registado pelo justo valor porque o seu justo valor não pode ser mensurado com fiabilidade, ou num activo derivado que está ligado a, e que deve ser liquidado pela entrega de, um instrumento de capital próprio não cotado, a quantia da perda por imparidade é mensurada pela diferença entre a quantia registada do activo financeiro e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de retorno de mercado corrente para um activo financeiro semelhante. Estas perdas por imparidade não devem ser revertidas.

Activos financeiros disponíveis para venda

Quando existe evidência de imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor actual deduzido de qualquer perda por imparidade no activo anteriormente reconhecida em resultados é transferida de capital próprio para resultados.



PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

Nota às demonstrações financeiras
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2017
(valores expressos em milhares de Meticals)



i) Instrumentos de capital

Um instrumento é classificado como instrumento de capital próprio quando não existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos activos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

j) Passivos financeiros

Passivos financeiros ao justo valor através dos resultados

Os passivos financeiros ao justo valor por via dos resultados incluem os passivos financeiros detidos para negociação e outros passivos financeiros ao justo valor através dos resultados reconhecidos no momento inicial.

Empréstimos obtidos e contas a pagar

Classificam-se nesta categoria os restantes passivos financeiros.

Reconhecimento inicial, mensuração e anulação do reconhecimento

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transacção, à excepção da categoria dos passivos financeiros ao justo valor através dos resultados, sendo os custos de transacção reconhecidos em resultados. A anulação do passivo financeiro ocorre quando as obrigações contratuais do passivo financeiro expiram.

Quando um passivo financeiro é substituído por outro do mesmo credor, em condições substancialmente diferentes, ou os termos do passivo existente são substancialmente diferentes, essa troca ou alteração é tratada como uma anulação do reconhecimento do passivo original e é reconhecido um novo passivo, sendo a diferença dos valores registada em resultados.

Mensuração subsequente

Após o reconhecimento inicial, os passivos financeiros ao justo valor através dos resultados são reconhecidos ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e as contas a pagar são mensurados ao custo amortizado através do método da taxa de juro efectiva. Os ganhos e perdas são reconhecidos em resultados aquando da anulação do reconhecimento quando este se encontra em imparidade assim como aqueles que decorrem da aplicação do método do juro efectivo.

PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

Nota às demonstrações financeiras
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2017
(valores expressos em milhares de Meticals)



Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas fiscais decretadas para o período em que se prevê que seja realizado o respectivo activo ou passivo. Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são reflectidos nos resultados do exercício, excepto nos casos em que as transacções que os originaram tenham sido reflectidas noutras rubricas de capitais próprios. Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente reflectido por contrapartida de capitais próprios não afectando o resultado do exercício.

p) Subsídios do Governo

Os subsídios do governo relativos a activos são apresentados no balanço como rendimento diferido, em outros passivos correntes, e são reconhecidos numa base sistemática e racional durante a vida útil do activo. Os subsídios do governo relativos a rendimentos são apresentados como créditos na demonstração dos resultados ou como deduções ao correspondente gasto.

4. Principais julgamentos, estimativas e pressupostos contabilísticos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração efectue julgamentos, estimativas e premissas no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impacto nos valores reportados no total de activo, passivo, capital próprio, gastos e rendimentos. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efectuados, nomeadamente no que concerne ao efeito dos custos e proveitos reais.

O PGC – NIRF estabelece um conjunto de políticas contabilísticas que requerem que a Administração efectue julgamentos e realize estimativas. As principais estimativas contabilísticas utilizadas pelos CFM são analisadas como segue:

Imparidade de contas a receber

Os CFM reavaliam periodicamente a evidência de imparidade de forma a aferir da necessidade de reconhecer perdas por imparidade adicionais. Para a determinação do nível de perda potencial, são usadas estimativas da Administração nos cálculos dos montantes relacionados com os fluxos de caixa futuros. Tais estimativas são baseadas em pressupostos de diversos factores, podendo os resultados efectivos alterar no futuro, resultando em alterações dos montantes constituídos para fazer face a perdas efectivas.

Adicionalmente à análise de imparidade individual, os CFM efectuam uma análise de imparidade colectiva das contas a receber para fazer face a situações de perda de valor que, embora não especificamente identificáveis, incorporam um grande risco de incumprimento face à situação inicial, no momento em que foram reconhecidos.

Os CFM consideram que a imparidade determinada com base na metodologia apresentada permite reflectir de forma adequada o risco associado à sua carteira de clientes.

Vidas úteis dos activos tangíveis, tangíveis de investimento e intangíveis bem como respectivos valores residuais

Os CFM reavaliam continuamente as suas estimativas sobre a vida útil dos activos tangíveis e intangíveis e seus valores residuais caso aplicável. As estimativas de vida útil remanescente são baseadas na experiência, estado e condição de funcionamento do activo. Quando necessário, estas estimativas são sustentadas em pareceres técnicos emitidos por peritos independentes.

PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

Nota às demonstrações financeiras
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2017
(valores expressos em milhares de Meticals)



k) Provisões

Os CFM constituem provisões quando existe uma obrigação presente legal ou construtiva resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos financeiros e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

l) Reconhecimento de gastos e rendimentos

Os CFM registam os seus gastos e rendimentos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, o que significa que são reconhecidos na data da transacção que os origina, independentemente do respectivo pagamento ou recebimento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas "Outros activos correntes" ou "Outros passivos correntes", consoante a natureza da diferença.

m) Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo são mensurados numa base não descontada e imputados ao resultado na medida em que o serviço é prestado. É reconhecido um passivo para o montante esperado de bónus ou distribuição de resultados se os CFM têm uma obrigação legal ou construtiva em pagar esse valor resultante de um acontecimento passado de um serviço prestado por um empregado e se a obrigação puder ser mensurada com fiabilidade.

n) Reconhecimento do rédito

O rédito inerente às vendas é reconhecido na demonstração de resultados quando os riscos e vantagens inerentes à posse dos bens vendidos são transferidos para o comprador. O rédito relacionado com a prestação de serviços é reconhecido quando os serviços são prestados.

o) Impostos sobre o rendimento

Impostos correntes

O imposto corrente, activo ou passivo, é estimado com base no valor esperado a recuperar ou a pagar às autoridades fiscais. A taxa legal de imposto usada para calcular o montante é a que se encontra em vigor à data de balanço.

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos à matéria colectável resultantes de gastos ou rendimentos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos, em conformidade com a legislação fiscal vigente.

Impostos diferidos

Os impostos diferidos activos e passivos correspondem ao valor do imposto a recuperar e a pagar em períodos futuros resultantes de diferenças temporárias entre o valor de um activo ou passivo no balanço e a sua base de tributação. Os impostos diferidos activos são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros contra os quais possam ser deduzidos os impostos diferidos activos.

PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

Nota às demonstrações financeiras
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2017
(valores expressos em milhares de Meticals)



Imparidade de activos tangíveis, tangíveis de investimento e intangíveis

Os activos tangíveis e intangíveis são revistos para efeitos de imparidade sempre que existam factos ou circunstâncias que indicam que a sua quantia registada excede a recuperável.

Considerando as incertezas quanto à quantia recuperável destes activos de longo prazo, pelo facto das análises se basearem na melhor informação à data, as alterações de pressupostos podem resultar em impactos na determinação do nível de imparidade e, conseqüentemente, nos resultados dos CFM.

Provisões para litígios judiciais

As provisões constituídas para fazer face a perdas prováveis em processos judiciais em que os CFM são parte interessada são constituídas atendendo à expectativa de perda estimada pela Administração, sustentada na informação prestada pelos seus assessores jurídicos, e objecto de revisão anual.

Impostos

Os impostos sobre o rendimento (correntes e diferidos) são determinados pelos CFM com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal. No entanto, em algumas situações, a legislação fiscal não é suficientemente clara e objectiva e poderá dar origem a diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento dos CFM sobre o adequado enquadramento das suas operações, o qual é susceptível de poder vir a ser questionado pelas Autoridades Fiscais.

As Autoridades Fiscais dispõem da faculdade de rever a posição fiscal dos CFM durante um período de 5 anos, podendo daí resultar eventuais correcções devido a diferentes interpretações e/ou incumprimento da legislação fiscal, nomeadamente em sede de IRPC, IRPS e IVA.

A Administração acredita ter cumprido todas as obrigações fiscais a que os CFM se encontram sujeitos, razão pela qual não espera que eventuais correcções à matéria colectável declarada decorrentes destas revisões tenham um efeito nas demonstrações financeiras.

5. Alterações de políticas contabilísticas, de estimativas e erros

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017, não ocorreram quaisquer alterações de políticas contabilísticas que produzam efeito na comparabilidade desses exercícios.

De igual forma, não ocorreram alterações significativas de estimativas, nem foram detectados erros que motivem uma reexpressão das quantias comparativas.



PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

Nota às demonstrações financeiras
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2017
(valores expressos em milhares de Meticals)



6. Activos tangíveis

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a decomposição da rubrica Activos tangíveis era como segue:

	Construções	Equipamento básico	Outros activos	Investimento em curso	Total
Custo					
Saldo inicial em 2016	46.072.857	15.189.131	1.433.301	2.809.203	65.504.492
Adições	2.721.949	398.497	2.772	979.797	4.103.015
Abates	(7.982)	(129.418)	-	(1.930.442)	(2.067.842)
Saldo inicial em 2017	48.786.824	15.458.210	1.436.073	1.858.558	67.539.665
Adições	24.546	56.673	218.713	1.509.607	1.809.540
Abates	(751)	(57)	(35.034)	-	(35.843)
Transferências	569.866	93.033	6.339	(669.238)	-
Ajustamentos	-	-	-	(686.291)	(686.291)
Saldo final em 2017	49.380.484	15.607.859	1.626.092	2.012.636	68.627.071
Amortizações acumuladas					
Saldo inicial em 2016	(22.814.865)	(11.006.152)	(1.149.722)	-	(34.970.739)
Reforço	(2.067.509)	(459.579)	(3.782)	-	(2.530.870)
Abates	-	165.445	-	-	165.445
Saldo inicial em 2017	(24.882.374)	(11.300.286)	(1.153.504)	-	(37.336.164)
Reforço	(1.995.663)	(391.079)	(111.318)	-	(2.498.061)
Abates	-	57	27.609	-	27.666
Transferências	-	22	(22)	-	-
Saldo final em 2017	(26.878.038)	(11.691.286)	(1.237.235)	-	(39.806.559)
Saldo líquido					
2016	23.904.450	4.157.924	282.569	1.858.558	30.203.501
2017	22.502.446	3.916.573	388.857	2.012.636	28.820.512

Em 31 de Dezembro de 2017, os activos tangíveis em curso totalizavam 2.012.636 milhares de meticals e apresentavam a seguinte decomposição:

	Construção	Equipamento básico	Outros activos	Total
Investimentos em curso	699.421	902.978	410.237	2.012.636

PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

Nota às demonstrações financeiras
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2017
(valores expressos em milhares de Meticals)



8. Activos intangíveis (continuação)

	Software	Reservas de terra	Total
Amortizações acumuladas			
Saldo inicial em 2016	(1.338)	-	(1.338)
Reforço	(1.292)	-	(1.292)
Saldo inicial em 2017	(2.630)	-	(2.630)
Reforço	(7.156)	-	(7.156)
Saldo final em 2017	(9.786)	-	(9.786)
Saldo líquido			
2016	26.870	51.239	78.109
2017	19.714	51.239	70.953

9. Investimentos em subsidiárias e associadas

Os movimentos ocorridos na rubrica Investimentos em subsidiárias e associadas apresentam-se como segue:

	Saldo inicial	Adições	Abates	Saldo final
Subsidiárias	100.956	5.223	-	106.179
Associadas	170.739	-	(76.021)	94.718
Outros instrumentos financeiros	40.167	-	-	40.167
	311.862	5.223	(76.021)	241.064
Imparidade acumulada	(26.130)	-	-	(26.130)
	285.732	5.223	(76.021)	214.934

As adições são referentes ao aumento de capital e consequente aumento para 100% da participação dos CFM no capital social da INTUR capital social.

Os abates são referentes à venda da totalidade das acções das empresas associadas, nomeadamente, a Corredor de Desenvolvimento do Norte (CDN), Corredor Logístico de Nacala (CLN), e Central East African Railways (CEAR). Estas alienações originaram ganhos no valor de 106.5 milhões de dólares norte americanos, equivalente a 6.233.626 milhares de meticals (conforme a nota 27 e 28).

PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

Nota às demonstrações financeiras
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2017
(valores expressos em milhares de Meticals)



7. Activos tangíveis de investimento

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a decomposição da rubrica Activos tangíveis de investimento era como segue:

	Construções	Equipamento básico	Total
Custo			
Saldo inicial em 2016	16.312.991	1.412.636	17.725.627
Adições	37.631	-	37.631
Abates	14.936	-	14.936
Saldo inicial em 2017	16.365.558	1.412.636	17.778.194
Saldo final em 2017	16.365.558	1.412.636	17.778.194
Amortizações acumuladas			
Saldo inicial em 2016	(8.727.340)	(1.146.951)	(9.874.291)
Reforço	(794.894)	(65.737)	(860.631)
Abates	(4.825)	-	(4.825)
Saldo inicial em 2017	(9.527.059)	(1.212.688)	(10.739.747)
Reforço	(810.224)	(43.414)	(853.638)
Saldo final em 2017	(10.337.283)	(1.256.102)	(11.593.385)
Saldo líquido			
2016	6.838.499	199.948	7.038.447
2017	6.028.275	156.534	6.184.809

Estes activos, detidos com o objecto de gerar rendas, dizem respeito aos bens alugados à Sociedade de Desenvolvimento do Porto de Maputo (MPDC), no âmbito das concessões ao MPDC, Terminal de Cabotagem de Maputo, Cornelder de Moçambique, Corredor de Desenvolvimento do Norte, Terminal de Cabotagem de Maputo e Sociedade Terminais de Moçambique, entre outras, conforme referido na nota introdutória. Estes activos geraram rendimentos fixos e variáveis que estão apresentados na nota 26.

8. Activos intangíveis

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a decomposição da rubrica Activos intangíveis era como segue:

	Software	Reservas de terra	Total
Custo			
Saldo inicial em 2016	3.821	51.239	55.060
Adições	25.679	-	25.679
Saldo inicial em 2017	29.500	51.239	80.739
Saldo final em 2017	29.500	51.239	80.739

PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

Nota às demonstrações financeiras
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2017
(valores expressos em milhares de Meticals)



9.1 Decomposição dos investimentos em subsidiárias e associadas

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a rubrica Investimentos em subsidiárias e associadas encontra-se detalhada como segue:

	% de participação		Valor	
	2017	2016	2017	2016
Subsidiárias				
Sociedade Terminais de Moçambique	50.00	50.00	68.300	68.300
Sociedade de Turismo do Indico, S.A.	100.00	75.50	21.320	16.097
Terminal de Granitos	50.00	50.00	2.364	2.364
Xitimela Leasing Limited	67.50	67.50	5.214	5.214
CFM - Transporte e Trabalhos Aéreos, S.A.	100.00	100.00	100	100
Belavista Holding	65.00	65.00	845	845
CFM - Sociedade Turística, S.A.	100.00	100.00	240	240
Dragagem do Porto de Maputo	49.00	49.00	1.796	1.796
Portos de Cabo Delgado, S.A.	50.00	50.00	6.000	6.000
			106.179	100.956
Associadas				
DP World Maputo, S.A.	40.00	40.00	23.762	23.762
Sociedade de Desenvolvimento do Corredor de Maputo	27.50	27.50	23.230	23.230
Cornelder de Moçambique	33.00	33.00	3.795	3.795
Central East African Railways	-	49.00	-	13.523
Cornelder de Quelimane, S.A.	49.00	49.00	11.760	11.760
Terminal de Cabotagem Maputo	49.00	49.00	5.831	5.831
Corredor de Desenvolvimento do Norte	-	49.00	-	57.048
Maputo Port Development Company	49.00	49.00	7.590	7.590
Corredor Logístico Integrado de Nacala	-	20.00	-	5.450
Portos do Norte, S.A.	30.00	30.00	6.000	6.000
Thai Moçambique Logistic, S.A.	20.00	20.00	6.000	6.000
Tecnoshore, Limitada	20.00	20.00	6.750	6.750
			94.718	170.739
Outros investimentos financeiros				
Cimentos de Moçambique	3.97	3.97	39.748	39.748
Transcarga	17.00	17.00	14	14
Beira Grain Terminal	15.00	15.00	405	405
			40.167	40.167



PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

Nota às demonstrações financeiras
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2017
(valores expressos em milhares de Meticals)



10. Outros activos financeiros

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a decomposição da rubrica Outros activos financeiros era como segue:

	2017	2016
Não corrente		
Suprimentos concedidos as subsidiárias	28.550	28.550
Empréstimo concedido ao Estado	-	6.072.300
	28.550	6.100.850
Corrente		
Adiantamentos ao pessoal	26.563	20.231
Cauções	46.307	43.967
Devedores diversos - partes relacionadas	620	247.519
Devedores diversos de cobrança duvidosa	-	3.242
	73.490	314.959
Perdas por imparidade acumuladas de outros activos financeiros	(9.580)	(4.144)
	63.910	310.815
	92.460	6.411.665

11. Inventários

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a decomposição da rubrica Inventários era como segue:

	2017	2016
Travessas	368.536	404.473
Material de construção	23.488	22.436
Peças e sobressalentes	701.130	679.009
Combustíveis e lubrificantes	6.001	12.443
Outros materiais	109.424	106.445
	1.208.579	1.224.806
Ajustamentos de inventários	(47.329)	(47.420)
	1.161.250	1.177.386

11.1 Ajustamento de inventários

O detalhe dos movimentos relativos ao ajustamento de inventários é apresentado na tabela seguinte:

	2017	2016
Em 1 de Janeiro	(47.420)	(46.143)
Aumento	(17.661)	(5.491)
Reversão	44.476	65.187
Ajustamentos	(26.724)	(60.973)
Em 31 de Dezembro	(47.329)	(47.420)

PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

Nota às demonstrações financeiras
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2017
(valores expressos em milhares de Meticals)



13. Outros activos correntes

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a decomposição da rubrica Outros activos correntes era como segue:

	2017	2016
Imposto sobre o valor acrescentado	1.835.771	1.792.964
Acréscimos de juros a receber	63.143	15.885
Acréscimos de rendimentos	45.790	590.468
Gastos diferidos	367.391	293.108
Adiantamentos à fornecedores	215.228	28.265
	2.527.323	2.720.690

14. Caixa e bancos

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a caixa e os bancos apresentavam os seguintes valores:

	2017	2016
Caixa		
Meticals	12	32
Dólar Norte-Americano	71	-
	83	32
Depósitos à ordem		
Meticals	459.867	485.749
Dólar Norte-Americano	1.263.862	1.220.649
Rands Sul-Africanos	423.163	674.771
Euros	28.544	30.079
	2.175.436	2.411.248
Depósitos à prazo		
Meticals	487.801	316.163
Dólar Norte-Americano	6.301.030	204.493
Rands Sul-Africanos	687.300	153.300
	7.476.131	673.956
	9.651.650	3.085.236

15. Capital social

O capital estatutário dos CFM ascende a 1.242.981 milhares de Meticals e está integralmente subscrito e realizado pelo Estado moçambicano.

De acordo com a lei vigente, a empresa deve transferir para a reserva legal 5% dos lucros líquidos até que esta represente pelo menos 20% do capital social (Artigo n.º 444 do Código Comercial). Esta reserva não é distribuível e só pode ser utilizada para incorporação no capital ou para cobrir prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas.

PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

Nota às demonstrações financeiras
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2017
(valores expressos em milhares de Meticals)



11.2. Custo de inventários vendidos ou consumidos

A decomposição do custo dos inventários vendidos ou consumidos é como segue:

	2017	2016
Existências iniciais	1.177.386	1.082.946
Compras	228.913	511.836
Regularizações	28.020	-
Existências finais	(1.161.250)	(1.177.386)
Custo dos inventários vendidos ou consumidos	273.069	417.396

12. Clientes

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a decomposição da rubrica Clientes era como segue:

	2017	2016
Tráfego	1.400.840	1.140.192
Concessionárias	989.972	384.541
Administrações estrangeiras	559.344	598.457
Clientes de cobrança duvidosa	234.680	691.131
Outros clientes	637.449	117.560
	3.822.285	2.931.881
Perdas por imparidade acumuladas de clientes	(234.534)	(692.116)
	3.587.751	2.239.765

12.1. Perdas por imparidade acumuladas de clientes

O detalhe dos movimentos relativos à perdas por imparidade acumuladas de clientes é apresentado na tabela seguinte:

	2017	2016
Em 1 de Janeiro	(692.116)	(792.920)
Reforço	(314.585)	(112.966)
Reversão	34.426	-
Utilização	737.741	213.770
Em 31 de Dezembro	(234.534)	(692.116)

PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

Nota às demonstrações financeiras
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2017
(valores expressos em milhares de Meticals)



16. Empréstimos obtidos

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a rubrica Empréstimos obtidos apresentava a seguinte decomposição:

	2017	2016
Não correntes		
Empréstimos bancários (Nota 16.1)	1.876.845	3.784.447
Financiamentos do Estado (Nota 16.2)	1.217.940	5.461.871
Locação financeira	-	5.076
	3.094.785	9.251.394
Correntes		
Empréstimos bancários (Nota 16.1)	1.501.476	2.100.615
Financiamentos do Estado (Nota 16.2)	276.298	267.720
Locação financeira	5.076	-
	1.782.850	2.368.335
	4.877.635	11.619.729

16.1. Empréstimos bancários

Empréstimo no montante de 120.000.000,00 USD, contraído em 2012 para aumentar a capacidade da linha férrea de Sena de 6,5 MTPA para 20,0 MTPA, concedido pelo Standard Bank. Este empréstimo vence juros à taxa LIBOR a 3 meses, acrescida de uma margem de 5,5%, e o saldo a data do balanço é de 3.378.321 milhares de meticals, equivalente a 56.842.105 USD.

16.2. Financiamentos do Estado

	Notas	Taxa de juro	Moeda	Maturidade	2017	2016
Não corrente						
Ministério das Finanças	(i)	2.00%	USD	24/01/2040	294.898	1.174.381
Banco Mundial – RPRP	(i)	2.00%	USD	24/01/2040	891.887	3.505.522
Porto de Quelimane	(ii)	-	EUR	07/04/2050	-	424.267
Reabilitação da Linha de Sena	(iii)	0.75%	USD	30/06/2030	27.713	263.615
Electrificação do Porto da Matola	(iv)	5.5%	EUR	20/07/2034	3.442	94.086
					1.217.940	5.461.871
Corrente						
Ministério das Finanças	(i)	2.00%	USD	24/01/2040	17.220	42.812
Banco Mundial – RPRP	(i)	2.00%	USD	24/01/2040	39.369	126.174
Porto de Quelimane	(ii)	-	EUR	07/04/2050	-	70.711
Reabilitação da Linha de Sena	(iii)	0.75%	USD	30/06/2030	208.600	20.278
Electrificação do Porto da Matola	(iv)	5.5%	EUR	20/07/2034	11.109	7.745
					276.298	267.720
					1.494.238	5.729.591



PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

Nota às demonstrações financeiras
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2017
(valores expressos em milhares de Meticals)



(i) Banco Mundial e Ministério das Finanças

Estes saldos respeitam ao financiamento do Banco Mundial e do Ministério das Finanças, concedido em Janeiro de 2000, para a racionalização da força de trabalho no âmbito do Projecto RPRP ("Railways Project Restructuring of Port"). O montante em dívida corresponde a 49.182.403 USD e deverá ser pago durante um período de 30 anos, à taxa anual de juro de 2% aplicada após o período de graça de capital e juros de 10 anos.

(ii) Porto de Quelimane

Este montante representa os desembolsos efectuados à construtora CMC África Austral, Lda., para a reabilitação do Porto de Quelimane, e equivale a 14.112.000 EUR. O empréstimo foi concedido pela instituição Alemã KfW – Kreditanstalt für Wiederaufbau (Reconstruction Credit Institute), através do Governo de Moçambique, em Abril de 2007, e foi integralmente reembolsado neste exercício económico.

(iii) Reabilitação da Linha de Sena

Este montante representa um financiamento do Banco Mundial concedido em 2005, através do Governo de Moçambique, no montante de 5.500.000 USD, destinado à reabilitação da linha de Sena.

(iv) Electrificação do Porto da Matola

Este montante diz respeito a um financiamento concedido pela instituição Alemã KfW – Kreditanstalt für Wiederaufbau (Reconstruction Credit Institute), em 2005, via Governo de Moçambique, para a electrificação do Porto da Matola, no montante de 1.533.876 EUR. O objectivo deste projecto é garantir a distribuição de energia no Porto da Matola e, por via do desenvolvimento do Porto, salvaguardar empregos e contribuir para a geração de proveitos domésticos através de serviços de importação e exportação.

17. Outros passivos financeiros

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a rubrica Outros passivos financeiros apresentava a seguinte decomposição:

	2017	2016
Não corrente		
Reversão da Linha de Sena (Nota 17.1)	6.002.246	6.002.246
Rites & Ircon (Nota 17.2)	670.500	1.611.000
	<u>6.672.746</u>	<u>7.613.246</u>
Corrente		
Cauções	21.416	14.459
Rites & Ircon (Nota 17.2)	670.500	805.500
Compensações de aposentadoria e sobrevivência	11.692	13.845
Indemnização por locomotivas danificadas	74.313	-
	<u>777.921</u>	<u>833.804</u>
	<u>7.450.667</u>	<u>8.447.050</u>

PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

Nota às demonstrações financeiras
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2017
(valores expressos em milhares de Meticals)



18.1. Financiamento da reabilitação da linha de Limpopo

Este saldo refere-se aos investimentos que correspondem ao remanescente do valor da doação para reabilitar a linha férrea do Limpopo, financiada pelo governo do Canadá, no montante de 921.563 milhares de meticals. Este montante tem vindo a ser regularizado por contrapartida dos valores da depreciação dos respectivos empreendimentos, durante a vida útil contabilística esperada.

18.2. Reabilitação do cais do Porto da Beira

Este saldo refere-se aos subsídios recebidos do Banco Europeu de Investimentos (BEI), para a reabilitação do Porto da Beira, e constitui um remanescente do financiamento recebido para os serviços de dragagem de emergência do canal de acesso, cais, bacias de manobras e aterro hidráulico no terminal de carvão do Porto da Beira. Após a conclusão dos trabalhos de dragagem, os CFM, através do Ministério das Finanças, solicitaram ao BEI a aplicação do montante remanescente de 3.971.536 EUR na aquisição de equipamentos e reabilitação das infra-estruturas dos Serviços Marítimos.

19. Provisões

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a rubrica Provisões apresentava a seguinte decomposição:

	2017	2016
Provisões para férias	90.125	136.217
Provisões para litígios judiciais (Nota 19.2)	26.447	26.447
Provisões para impostos	83.365	-
	<u>199.937</u>	<u>162.664</u>

19.1 Durante o exercício de 2017 a movimentação da rubrica Provisões foi a seguinte:

	2017	2016
Em 1 de Janeiro	162.664	26.447
Reforço	83.365	136.217
Reversão	(46.092)	-
EM 31 de Dezembro	<u>199.937</u>	<u>162.664</u>

19.2 Provisões para litígios judiciais

PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

Nota às demonstrações financeiras
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2017
(valores expressos em milhares de Meticals)



17.1. Reversão da Linha de Sena

Este saldo refere-se aos financiamentos que a Companhia do Caminhos de Ferro da Beira (CCFB) contraiu junto do *International Development Agency* (IDA), no montante equivalente a USD 113.863.553,76, e do Banco Europeu de Investimento (BEI), no montante equivalente a USD 27.795.797,26, no âmbito do projecto de reabilitação da linha de Sena, e ao financiamento dos CCFB através de fundos próprios. Devido ao termo do contrato de concessão com o Governo de Moçambique (GM) o empreendimento reverteu para os CFM.

17.2. Rites & Ircon

Saldo resultante do acordo amigável entre o Governo de Moçambique, a Rites & Ircon, os CFM e a CCFB, no qual o governo ficou responsabilizado pelo pagamento de USD 80 milhões pela rescisão do contrato de concessão do sistema ferroviário centro. Conforme despacho do Ministro de Economia e Finanças, datado de 31 de Dezembro de 2015, relativo à implementação deste acordo amigável, em que os CFM actuam em representação do Estado, foram os CFM incumbidos de pagar directamente aos beneficiários através do Fundo de Desenvolvimento dos Transportes e Comunicações, uma entidade do Ministério dos Transportes e Comunicações.

18. Outros passivos não correntes e Outras contas a pagar

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a rubrica Outros passivos não correntes e Outras contas a pagar apresentavam a seguinte decomposição:

	2017	2016
Outros passivos não correntes		
Rendimentos diferidos		
Financiamento da reabilitação da linha de Limpopo (Nota 18.1)	486.156	517.310
Reabilitação do cais do Porto da Beira (Nota 18.2)	275.781	221.558
	<u>761.937</u>	<u>738.868</u>
Outras contas a pagar		
Rendimentos diferidos		
Financiamento da reabilitação da linha de Limpopo (Nota 18.1)	31.154	31.154
Acréscimos de juros a pagar	-	116.535
Adiantamentos de clientes	11.890	17.349
Credores administrações estrangeiras	277.706	300.611
Credores partes relacionadas	647	1.633
Fornecedores de investimentos de capital	523.611	558.068
Aluguer de locomotivas	-	160.132
Remunerações a pagar	156.903	159.662
Outras operações com trabalhadores	2.716	6.088
Outros acréscimos de gastos	165.932	70.404
Resultados atribuídos	-	623.914
	<u>120.417</u>	<u>145.642</u>
Outros credores diversos	1.290.976	2.191.192
	<u>2.052.913</u>	<u>2.930.060</u>

PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

Nota às demonstrações financeiras
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2017
(valores expressos em milhares de Meticals)



A provisão para litígios judiciais foi constituída para fazer face a perdas esperadas com acções judiciais em que a empresa é ré, calculadas com base numa análise cuidada dos processos em curso. As análises são revistas no final de cada exercício para assim reflectir a melhor estimativa da responsabilidade da empresa na data do balanço tendo em conta os factos conhecidos à data.

20. Fornecedores

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a rubrica Fornecedores apresentava a seguinte decomposição:

	2017	2016
Fornecedores de combustíveis	87.018	52.221
Fornecedores das locomotivas e acessórios	560.761	92.020
Fornecedores do material de construção da via	10.268	274
Fornecedores dos serviços de dragagem	350.530	-
Fornecedores dos serviços de estiva	39.760	-
Fornecedores dos serviços de manutenção do cais	55.921	103.024
Outros fornecedores	58.748	147.158
	<u>1.163.006</u>	<u>394.697</u>

21. Impostos a pagar

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a rubrica Impostos a pagar apresentava a seguinte decomposição:

	2017	2016
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRPC) (Nota 29)	742.198	995.348
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRPS)	82.360	81.223
Rendimentos de capitais	-	19.088
INSS - Segurança social	6.568	5.658
	<u>831.126</u>	<u>1.101.317</u>

22. Vendas de bens e serviços

As vendas de bens e a prestação de serviços durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 foram como segue:

	2017	2016
Estadias	249.096	201.166
Cabotagem	9.577	8.912
Exportações	332.411	315.697
Importações	410.746	405.894
Pilotagem	60.304	61.437
Rebocadores	241.335	250.860
Transporte de passageiros	156.111	144.474
Transporte e manuseamento de mercadorias	10.199.092	9.036.210
Outros serviços prestados	321.681	398.465
	<u>11.980.353</u>	<u>10.823.115</u>



PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

Nota às demonstrações financeiras
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2017
(valores expressos em milhares de Meticals)



23. Investimentos realizados pela própria empresa

A rubrica Investimentos realizados pela própria empresa refere-se ao valor dos investimentos aplicados na reparação de vagões e carruagens. Para além de gastos com a aquisição de material, são imputadas as horas trabalhadas e os restantes gastos directos relacionados com estas reparações.

24. Custos com o pessoal

Os custos com pessoal durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 foram como segue:

	2017	2016
Remunerações da administração	71.903	61.959
Remunerações de outros colaboradores	2.891.323	2.736.226
Encargos com as remunerações	43.346	39.199
Ajudas de custo	38.463	31.930
Indemnizações de trabalhadores	9.427	24.209
Pensões	52.483	52.962
Seguros de acidentes de trabalho e doença	5.981	1.662
Custos de acção social	68.877	55.393
Outros custos com pessoal	325.065	237.476
	3.506.868	3.241.016

O número de trabalhadores em 2017 e 2016 foi de 5,612 e 5,470 colaboradores, respectivamente.

25. Fornecedores e serviços de terceiros

Os fornecimentos e serviços de terceiros durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 foram como segue:

	2017	2016
Água e electricidade	101.179	77.947
Combustíveis e lubrificantes	526.013	436.937
Ferramentas e utensílios	12.994	10.607
Materiais de manutenção e reparação	926.514	147.673
Material de escritório	63.400	42.723
Serviços de dragagem	464.777	233.235
Estivagem	409.733	424.400
Manutenção e reparação	412.951	317.116
Transporte de carga e de passageiros	1.160	919

PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

Nota às demonstrações financeiras
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2017
(valores expressos em milhares de Meticals)



27. Rendimentos financeiros

Os rendimentos financeiros durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 foram como segue:

	2017	2016
Juros obtidos	201.332	160.453
Rendimentos de partes sociais	462.433	449.530
Diferenças de câmbio favoráveis	2.052.759	3.563.475
Dividendos recebidos	861.200	567.001
Alienação de acções	6.233.626	-
Outros rendimentos e ganhos financeiros	23.434	1.113
	9.834.784	4.741.572

28. Gastos financeiros

Os gastos financeiros durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 foram como segue:

	2017	2016
Juros suportados	(326.546)	(59.720)
Diferenças de câmbio desfavoráveis	(1.677.595)	(6.087.193)
Perda por imparidade de activos financeiros	(6.073.011)	-
Abate de investimentos financeiros	(76.021)	(17.591)
Outros gastos e perdas financeiras	(49.312)	(13.128)
	(8.202.485)	(6.177.632)

29. Imposto sobre o rendimento

29.1 O gasto relativo a imposto sobre o rendimento pode ser apresentado como segue:

	2017	2016
Imposto corrente		
Imposto corrente sobre os lucros do exercício	(1.440.890)	(1.205.357)
	(1.440.890)	(1.205.357)
Imposto diferido		
Aumento / (diminuição) em activos por impostos diferidos	(918.915)	431.867
Diminuição / (aumento) em passivos por impostos diferidos	(227.381)	-
	(1.146.296)	431.867
	(2.587.186)	(773.490)

29.2 A taxa utilizada para apurar as diferenças tributárias à data de balanço do exercício findo em 31 de Dezembro de 2017 foi de 32% e corresponde à taxa nominal do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas. De acordo com a legislação fiscal em vigor, as declarações fiscais da empresa estão sujeitas à revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de 5 anos. O Conselho de Administração entende que eventuais correcções resultantes da inspecção/revisão por parte das autoridades fiscais não terão um efeito significativo nestas demonstrações financeiras.

PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

Nota às demonstrações financeiras
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2017
(valores expressos em milhares de Meticals)



	2017	2016
Comunicações	47.622	53.235
Publicidade e propaganda	55.691	24.822
Deslocações e estadas	85.883	60.651
Despesas de representação	1.894	1.416
Contencioso e notariado	1.443	1.934
Rendas e alugueres	376.487	465.355
Seguros	54.097	45.671
Limpeza, higiene e conforto	31.715	26.900
Vigilância e segurança	235.678	237.670
Trabalhos especializados	103.423	430.370
Intercâmbio de material circulante	308.145	169.076
Outros fornecimentos e serviços	72.363	56.701
	4.293.162	3.265.358

26. Outros ganhos e perdas operacionais

Os outros ganhos e perdas operacionais durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 foram como segue:

	2017	2016
Ganhos		
Concessões		
Rendas fixas	773.255	699.117
Rendas variáveis	1.810.112	1.399.953
Honorários de gestão	153.885	137.276
Aluguer de locomotivas e vagões	22.963	70.689
Aluguer de outros equipamentos	1.129	46.097
Alienação de activos tangíveis	26.404	23.434
Sinistros	582	18
Reversões de imparidade de investimentos financeiros	-	110.348
Subsídios para investimentos	31.154	220.364
Outros rendimentos e ganhos	1.430.181	263.559
	4.249.665	2.970.855
Perdas		
Impostos e taxas	(78.214)	(107.612)
Multas e penalidades	(5.519)	(4.894)
Licenças	(14.127)	(9.056)
Perdas em investimentos de capital	(544)	(9.599)
Donativos	(80.172)	-
Quotizações	(17.753)	(19.556)
Programas de responsabilidade social	(67.382)	(102.073)
Clube de actividades desportivas	(381.866)	(324.242)
Indemnizações	(72.726)	(20.032)
Outros gastos e perdas	(37.555)	(49.222)
	(755.858)	(646.286)
	3.493.807	2.324.569

PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

Nota às demonstrações financeiras
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2017
(valores expressos em milhares de Meticals)



29.3 Reconciliação da taxa de imposto

A taxa efectiva de imposto da empresa é de 26% (2016: 80%).

	2018	2017
Imposto a pagar à taxa nominal	(1.790.435)	(479.309)
Ajustado por:		
Despesas não dedutíveis	(535.070)	(431.867)
Rendimentos não tributados	884.615	47.718
Dupla tributação	-	(181.440)
Ajustamentos dos exercícios anteriores	-	(160.459)
	(1.440.890)	(1.205.357)

29.4 A reconciliação do imposto corrente com o saldo no final do ano pode ser analisada como segue:

	2017	2016
Saldo em 01 de Janeiro	(995.348)	(431.783)
Liquidação do imposto sobre o rendimento do período anterior	995.348	431.783
	-	-
Pagamento por conta	623.796	210.009
Outras retenções na fonte	74.896	-
Imposto corrente sobre os lucros do exercício	(1.440.890)	(1.205.357)
Saldo em 31 de Dezembro	(742.198)	(995.348)

29.5 Activos por impostos diferidos

O saldo dos activos por impostos diferidos compreende diferenças temporárias atribuíveis a:

	2017	2016
Activos tangíveis	8.031	8.031
Diferenças cambiais não realizadas	-	918.915
	8.031	926.946

Os movimentos nos activos por impostos diferidos podem ser analisados como segue:

	Activos tangíveis	Diferenças cambiais	Outros	Total
Saldo em 1 de Janeiro de 2016	41.438	327.987	125.653	495.078
Imputado / (creditado) ao resultado	(33.407)	590.928	(125.653)	431.868
Saldo em 1 de Janeiro de 2017	8.031	918.915	-	926.946
Imputado / (creditado) ao resultado	-	(918.915)	-	(918.915)
Saldo em 31 de Dezembro de 2017	8.031	-	-	8.031



PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

Nota às demonstrações financeiras
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2017
(valores expressos em milhares de Meticals)



Em 31 de Dezembro de 2017, a empresa não tem prejuízos fiscais para utilizar.

29.6 Passivos por impostos diferidos

O saldo dos passivos por impostos diferidos compreende diferenças temporárias atribuíveis a:

	2017	2016
Diferença cambiais não realizadas	227.381	-
	227.381	-

Os movimentos nos passivos por impostos diferidos podem ser analisados como segue:

	Diferenças cambiais	Total
Saldo em 1 de Janeiro de 2017	-	-
(Imputado) / creditado ao resultado	(227.381)	(227.381)
Saldo em 31 de Dezembro de 2017	(227.381)	(227.381)

30. Partes relacionadas

As partes relacionadas da empresa são todas as suas subsidiárias, as suas associadas, e o pessoal chave da gestão, incluindo os administradores.

30.1 Benefícios do pessoal-chave da gestão

O pessoal-chave da gestão inclui o Conselho de Administração (executivos e não executivos), e todos os membros seniores da gestão da empresa. Os benefícios pagos ou a pagar ao pessoal-chave da gestão que decorrem de serviços prestados são apresentados como segue:

	2017	2016
Benefícios de curto prazo	71.903	61.959
	71.903	61.959

30.2 Transacções com partes relacionadas

PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

Nota às demonstrações financeiras
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2017
(valores expressos em milhares de Meticals)



30.2 Transacções com partes relacionadas

	2017	2016
Vendas e prestações de serviços		
Sociedade de Terminais de Moçambique, S.A.	38.208	27.992
CFM – Transporte e Trabalhos Aéreos, S.A.	-	43.592
Sociedade de Turismo do Indico, S.A.	-	7.343
Cornelder de Moçambique S.A.	997.420	760.497
Cornelder Quelimane, S.A.	26.493	-
Sociedade Desenvolvimento do Porto de Maputo, S.A.	697.417	621.075
Terminal de Cabotagem de Maputo, S.A.	26.789	24.067
DP World Maputo, S.A.	14.452	34.256
Corredor de Desenvolvimento do Norte	995.978	368.845
Mozal, S.A.	743.156	777.477
Transcom, S.A.	9.969	7.622
	3.549.882	2.672.766

30.3 Saldos com partes relacionadas

	2017	2016
Clientes		
Concessões, Tráfego e Outros		
Sociedade Desenvolvimento do Porto de Maputo, S.A.	310.427	63.278
Corredor de Desenvolvimento do Norte	628.963	51.962
Cornelder de Moçambique S.A.	252.521	70.860
Cornelder Quelimane, S.A.	105.984	23.707
Mozal, S.A.	133.915	104.102
Sociedade de Terminais de Moçambique, S.A.	49.483	31.435
Terminal de Cabotagem de Maputo, S.A.	2.078	4.571
Terminal Carvão da Matola	11.578	16.035
DP World Maputo, S.A.	1.167	1.989
Cimentos de Moçambique, S.A.	322	83
Companhia Caminhos Ferro Beira, S.A.	-	2.766
Central East African Railways	-	8.669
Sociedade de Turismo do Indico, S.A.	9.537	10.760
CFM – Transporte e Trabalhos Aéreos, S.A.	13.910	127.571
Silos e Terminal Graneleiro da Matola, S.A.	6.280	9.424
	1.526.165	527.212
Administrações estrangeiras		
National Railways of Zimbabwe	462.952	459.747
Transnet Freight Rail	93.324	76.315
Swaziland Railways	3.066	15.679
	559.342	551.741
	2.085.507	1.078.953

PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

Nota às demonstrações financeiras
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2017
(valores expressos em milhares de Meticals)



	2017	2016
Outros activos financeiros		
Central East African Railways	-	246.899
Belavista Holdings, S.A.	620	620
Beira Grain Terminal	23.185	23.185
CFM – Sociedade Turística	5.366	5.366
	29.171	276.070

	2017	2016
Outras contas a pagar		
DP World Maputo, S.A.	4.465	7.729
Mozal, S.A.	1.280	-
CFM – Transporte e Trabalhos Aéreos, S.A.	647	1.633
	6.392	9.362

31. Compromissos e contingências

31.1 Processos judiciais

A empresa é arguida em diversos processos judiciais e constitui provisões para os processos transitados em julgado com condenação em primeira instância. A empresa apresentou recursos relativos a condenações no montante de 26.447 milhares de meticals.

31.2 Acidente Ferroviário

Em Maio de 2002, ocorreu um acidente ferroviário na estação de Tenga que envolveu vagões de carga e carruagens de passageiros e em que perderam a vida cerca de 200 passageiros. Existe uma contingência resultante deste acidente cuja quantificação não é possível efectuar antes da conclusão do processo e divulgação dos resultados pelo tribunal competente. Este processo não teve desfecho até à data e os CFM têm vindo a financiar acções de apoio social aos familiares das vítimas.

31.3 Contingências fiscais

As autoridades fiscais têm a possibilidade de rever a situação fiscal da empresa durante um período de 5 anos, podendo daí resultar eventuais correcções de imposto devido a diferentes interpretações e/ou incumprimento de legislação fiscal, nomeadamente em sede de IRPC - Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas, IRPS - Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares e IVA - Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA). A Administração acredita que a empresa cumpriu com todas as suas obrigações fiscais.

PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

Nota às demonstrações financeiras
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2017
(valores expressos em milhares de Meticals)



31.4 Garantias bancárias

O detalhe das garantias bancárias prestadas pelos CFM a terceiros à data de 31 de Dezembro de 2017, apresenta-se como segue:

Beneficiário	Finalidade	Valor	Moeda	Banco
General Transportation Parts, LLC	Aquisição de diversas locomotivas	3.000.000	USD	BCI
Van Oord Mozambique, Lda	Serviços de dragagem de emergência	6.844.375	USD	BCI
Tribunal Judicial da Província de Nampula	Processos judiciais em curso	582.109	MZN	BCI
Van Oord Mozambique, Lda	Serviços de dragagem de emergência	1.924.604	EUR	BCI
Tribunal Judicial da Província de Nampula	Processos judiciais em curso	582.109	MZN	BCI
Van Oord Mozambique, Lda	Serviços de dragagem de emergência	6.473.677	USD	BCI
BCI	Aquisição de viatura por locação financeira	179.205	MZN	BCI

32. Gestão de risco, objectivos e políticas

A actividade dos CFM está exposta a uma diversidade de riscos financeiros, o que envolve a análise, aceitação e gestão de certos graus de risco ou combinação dos mesmos. O objectivo do Conselho de Administração dos CFM é, por isso, alcançar um equilíbrio apropriado entre o risco e o retorno e minimizar os efeitos potenciais adversos ao desempenho financeiro.

As políticas de gestão de risco dos CFM são desenhadas a fim de identificar e analisar estes riscos, estabelecer limites de risco e controlo e monitorar os riscos e a aderência aos limites através de sistemas de informação fiáveis e actualizados. Os CFM revêm periodicamente as suas políticas de gestão de risco e sistemas a fim de melhor se precaver face às variações de mercado.

32.1 Risco de mercado

O risco de mercado é a variação de factores que determinam o preço, tais como as taxas de juro e as taxas de câmbio. O objectivo da gestão do risco de mercado é a prevenção contra estas variações dentro de parâmetros que a Administração considere aceitáveis.

32.2 Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro do fluxo monetário é a probabilidade de flutuação do valor dos instrumentos financeiros devido a alterações nas taxas de referência de mercado. A exposição dos CFM ao risco da taxa de juro advém dos depósitos a prazo, valores a receber e a pagar.



PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

Nota às demonstrações financeiras
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2017
(valores expressos em milhares de Meticals)



32.3 Risco de taxa de câmbio

O risco de taxa cambial é o risco de flutuação do justo valor ou fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro devido a alterações nas taxas de câmbio. As demonstrações financeiras dos CFM podem ser afectadas pelas variações das taxas cambiais do Euro, Dólar Norte Americano e Rande. Os CFM procuram atenuar os efeitos de exposição à moeda estrangeira efectuando o maior número de operações em moeda nacional.

32.4 Risco de crédito

O risco de crédito empresa é principalmente atribuível às contas de clientes e outros devedores. A exposição ao risco de crédito é monitorada pela Administração numa base contínua. Os montantes apresentados no balanço são líquidos das provisões para créditos de cobrança duvidosa estimadas pela Administração da empresa com base na experiência anterior. A empresa não tem uma concentração significativa do risco de crédito para a qual não tenha sido criada provisão para créditos de cobrança duvidosa no final do período.

O montante escriturado dos activos financeiros representa a exposição máxima da empresa ao risco de crédito sem ter em consideração qualquer caução prestada:

	2017	2016
Clientes	3.587.751	2.239.765
Outros activos financeiros	92.460	6.411.665
Outros activos correntes	2.527.323	2.720.690
	6.207.534	11.372.120

32.5 Risco de liquidez

O risco de liquidez é a probabilidade dos CFM não terem capacidade financeira para satisfazer os seus compromissos associados aos instrumentos financeiros quando estes vencem. Para mitigar este risco, a gestão elabora mapas de fluxo de caixa previsionais e mantém a tesouraria equilibrada.

A gestão deste tipo de risco, desenvolvida com recurso à análise dos prazos residuais dos diferentes activos e passivos do balanço, evidencia, para cada um dos diferentes intervalos considerados, a diferença entre os volumes de influxos de caixa e efluxos de caixa bem como os respectivos gaps de liquidez.

	Até 1 ano	Mais de 1 ano a 5 anos	Mais de 5 Anos	Total
Fornecedores	1.163.006	-	-	1.163.006
Empréstimos obtidos	1.782.850	2.190.946	903.839	4.877.635
Outras contas a pagar	1.259.823	-	-	1.259.823
Outros passivos financeiros	777.921	670.500	6.002.246	7.450.667
	4.983.600	2.861.446	6.906.085	14.751.131

PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

Nota às demonstrações financeiras
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2017
(valores expressos em milhares de Meticals)



Administração Executiva e o Conselho de Administração são responsáveis pelas actividades de gestão de risco na empresa.

32.8 Justo valor

O valor escriturado dos activos e passivos financeiros da empresa aproxima-se do seu justo valor.

32.9 Categoria dos instrumentos financeiros

	2017	2016
Clientes	3.587.751	2.239.765
Outros activos financeiros	92.460	6.411.665
Caixa e equivalentes de caixa	9.651.650	3.085.236
	13.331.861	11.736.666
Empréstimos obtidos	(4.877.635)	(11.619.729)
Fornecedores	(1.163.006)	(394.697)
Outros passivos financeiros	(7.450.667)	(8.447.050)
	(13.491.308)	(20.461.476)
Passivos financeiros líquidos	(159.447)	(8.724.810)

33. Outras informações

Planos de investimentos futuros: 2018 – 2020

O investimento global previsto para o triénio de 2018 – 2020 ascende a USD 502.1 milhões, dos quais USD 255 milhões são considerados prioritários e serão, por isso, efectuados através de fundos próprios, como segue:

Descrição	Sub projectos	2018	2019	2020	Total
	Vias e obras de arte	11.603	35.294	4.394	51.290
	Edificações	7.033	2.500	2.500	12.033
Infra-estruturas	Obras portuárias	22.706	4.000	2.000	28.706
ferro-portuárias	Sinalização e telecomunicação	998	1.000	1.000	2.998
Equipamentos	Material circulante	37.156	30.973	41.000	109.129
ferro-portuárias	Equipamento portuário	13.850	12.000	-	25.850
Infra-estruturas, equipamentos informáticos e outros		16.383	5.000	4.000	25.383
Total do investimento de capital		109.729	90.766	55.244	255.740

PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

Nota às demonstrações financeiras
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2017
(valores expressos em milhares de Meticals)



32.6 Gestão de Capital

O principal objectivo da gestão do capital dos CFM é garantir uma sólida autonomia financeira que permita atender as necessidades e compromissos de investimento sem com isso comprometer a remuneração ao accionista Estado.

A empresa gere o seu capital de forma a assegurar que se mantém operacional enquanto maximiza o retorno para os sócios.

A estrutura do capital da empresa consiste em dívida, caixa e equivalentes de caixa e capital próprio ajustado. A empresa monitora o financiamento com base na relação entre o valor da dívida e o capital próprio. O rácio é calculado através da relação da dívida líquida (conforme definida abaixo) com o capital próprio ajustado (conforme definido abaixo).

A dívida líquida consiste em empréstimos sujeitos a juros, empréstimos dos sócios, outras dívidas de longo prazo, caixa e equivalentes de caixa. O capital próprio ajustado consiste no capital social, lucros acumulados e reservas não distribuíveis.

O rácio da dívida líquida em relação ao capital próprio (rácio de alavancagem) no final do período era conforme segue:

	2017	2016
Total dos empréstimos	4.877.635	11.619.729
Menos:		
Caixa e equivalentes de caixa	(9.651.650)	(3.085.236)
Dívida líquida	(4.774.015)	8.534.493
Capital próprio	35.517.008	29.511.961
	30.742.993	38.046.454
Rácio da dívida líquida ao capital próprio	(15.53%)	22.43%

32.7 Gestão de risco financeiro

A empresa não transacciona instrumentos financeiro mas o curso normal das suas operações expõe-na ao risco cambial, risco de taxa de juro e risco de liquidez. Com vista a gerir estes riscos, a empresa poderá entrar em transacções que fazem uso de instrumentos financeiros.

A empresa desenvolveu um processo de gestão de risco abrangente para facilitar, controlar e monitorar estes riscos. O processo inclui a normal documentação de políticas, incluindo limites, controlos e estruturas de reporte. A

PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

Nota às demonstrações financeiras
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2017
(valores expressos em milhares de Meticals)



Os principais investimentos a realizar no próximo triénio são os seguintes:

Sector Ferroviário:

- Investimento maciço nas linhas férreas no montante de USD 300.6 milhões;
- Investimento em material circulante (locomotivas e vagões) no montante de USD 109.5 milhões;
- Aumento do tráfego ferroviário de 10.8 milhões de toneladas em 2018 para 19.4 milhões de toneladas em 2020.

Sector Portuário:

- Dragagem de emergência e de manutenção do canal de acesso, cais de acostagem e bacia de manobras, no montante de USD 33.9 milhões;
- Aquisição de 2 rebocadores e barco piloto para o Porto da Beira, no montante de USD 25.9 milhões;
- Obras e outros equipamentos portuários, no montante de USD 32.2 milhões, nomeadamente um empilhador de alcance, empilhadeiras, sistema VTS e vedações.

Projecto Integrado da Ponte Techobanine

O Projecto Integrado do Porto de Techobanine tem por objecto a construção, manutenção e operação das seguintes infra-estruturas:

- Um porto de águas profundas;
- Um terminal de carvão com capacidade inicial de 40 milhões de toneladas por ano;
- Diversas ligações ferroviárias;
- Um SPM para descarga de combustíveis e correspondente "pipeline".

Para o Distrito de Matutuíne, está previsto o desenvolvimento de um enorme pólo-industrial que irá ter grande impacto na vida económica e social daquele distrito. Este projecto proporcionará o desenvolvimento da actividade industrial, comercial, social e turística bem como dos acessos ferroviário e rodoviário através de sub-projectos específicos na zona franca industrial, e ocupará uma área global de 22,382.4 hectares, com parte da área junto à costa designada por zona portuária e uma área localizada no interior, no perímetro da localidade de Salamanga. Pretende-se que estas zonas sejam transformadas em zonas económicas especiais e o valor do investimento para a primeira fase do projecto (estudo de viabilidade, técnicos e ambiental) está orçado em mais de USD 1.5 milhões. Prevê-se que ao longo do ano 2018 se dê início aos estudos necessários que, dada a complexidade envolvida, deverão estar concluídos no prazo de seis meses. Para além dos parceiros originais, Moçambique, Botswana e Zimbabwe, o projecto prevê agora a entrada da África do Sul e Suazilândia como novos parceiros.

Processo de inventariação e reavaliação do património

Está em curso o processo de inventariação dos activos dos CFM, conduzido por um consultor contratado para o efeito. A finalização estava prevista para 2017 mas foi revista para o decurso do ano de 2018 devido a questões de



PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

Nota às demonstrações financeiras
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2017
(valores expressos em milhares de Meticals)



natureza estrutural. O resultado desta inventariação e reavaliação do património está previsto para o exercício de 2018.

34. Acontecimentos após a data de balanço

Na sequência da identificação de um potencial conflito de mercado com concessões emergentes na Província da Zambézia, os CFM e a Cornelder de Moçambique decidiram, na qualidade de accionistas, em sessão ordinária da Assembleia Geral da Cornelder de Quelimane, realizada a 21 de Junho de 2017, devolver o Porto de Quelimane à Autoridade Concedente, solicitando em primeiro lugar o término antecipado da concessão do Porto de Quelimane. Os accionistas da concessionária do Porto de Quelimane solicitaram à Autoridade Concedente o término antecipado da concessão do Porto de Quelimane, que veio a ser aprovado pelo Decreto nº 87/2017, de 29 de Dezembro, tendo-se seguido a assinatura do Acordo Revogatório do Contrato de Concessão do Porto de Quelimane em 28 de Fevereiro de 2018.

